

VOCABULÁRIO CONTROLADO DE LEGISLAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

*Kerlly Teixeira Moreno**
*Monick Trajano dos Santos***

Resumo:

Apresenta o processo de desenvolvimento e os resultados da elaboração do vocabulário controlado especializado em legislação construído para a Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Esclarece que o vocabulário controlado é um conjunto de termos que, nos sistemas de informação, serve como instrumento de padronização terminológica, facilitando a indexação e recuperação da informação. Aborda a metodologia adotada no processo, com revisão de literatura para embasamento teórico, estudo sobre os conceitos e levantamento dos termos que representam a área de legislação no domínio jurídico. Registra os resultados observados, que indicam a necessidade de constante atualização do instrumento para incorporação de novos termos. Apresenta, em anexo, o vocabulário controlado construído.

Palavras-chave: Indexação. Vocabulário Controlado. Linguagem Documentária. Organização da Informação. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

Na atual sociedade, a busca pela informação passou a ser uma necessidade cotidiana. Os estoques de informação, em especial as bibliotecas, só poderão atender a essas necessidades através da padronização do vocabulário para uma boa recuperação da informação que atenda às necessidades de informação dos usuários.

O acesso à informação nas bibliotecas ou centros documentais é mediado por pontos de acesso, portas ou pontes que permitem detectar agrupamentos de documentos, distinguindo-os de outros agrupamentos de documentos. O controle de vocabulário intervém na organização e recuperação da documentação ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e à informação neles contida. O objetivo a ser alcançado pelas bibliotecas, por essa óptica, é sempre o da recuperação da informação: somente esse objetivo justifica os cuidados com o controle de vocabulário.

* Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, pós-graduada em Biblioteconomia pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá, bibliotecária do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

** Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, estagiária de Biblioteconomia do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A indexação é uma atividade de extrema necessidade para a recuperação da informação, que é uma das principais atividades de uma biblioteca. A função de atender às necessidades do usuário e fornecer as informações adequadas só será efetivada com uma boa estrutura de uma linguagem documentária para auxiliar na recuperação da informação.

O vocabulário controlado permite a indexação e busca por termos padronizados, evitando a dispersão da informação e permitindo um maior número de resultados relevantes em uma busca. A necessidade de um controle terminológico para uma melhor padronização dos termos levou à construção do vocabulário especializado em legislação, que foi resultado do trabalho da comissão técnica de bibliotecários da Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco, com a finalidade de desenvolver ações com vistas à uniformização da indexação de atos normativos no âmbito do Poder Judiciário Estadual e de atos legislativos – leis, decretos, dentre outros – emanados do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa que tratem de áreas de competência do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

De acordo com Gonzalez e Lima (2003), a necessidade de informação é considerada uma das necessidades fundamentais do ser humano. Portanto, o agente mediador da informação deve direcioná-la tendo como propósito a produção de conhecimento da sociedade. Mas essa atividade de direcionar a informação é posterior à atividade de procurá-la. Vemos então que a indexação é uma etapa que está diretamente ligada com as outras e que a boa elaboração ou não dessa etapa implica outras atividades.

Portanto, o estudo e a aplicação do vocabulário controlado como ferramenta para auxiliar a indexação pode ser de grande utilidade como um instrumento ao proporcionar ao indexador um vocabulário controlado e ao usuário a localização e recuperação de informações relevantes, fazendo com que a biblioteca atenda a sua finalidade que é o atendimento às necessidades do usuário.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 INDEXAÇÃO

A dificuldade em representar o conteúdo dos documentos não é algo novo. E essa atividade subjetiva de interpretação do conteúdo e seleção de termos que representem o documento para futura recuperação na base de dados apoia uma outra atividade, que é a recuperação da informação. A recuperação da informação é uma etapa posterior na qual o usuário faz uso de termos que julga serem os melhores para representar o assunto que busca e

assim obter os documentos que necessita. Caso haja terminologias diferentes entre a adotada pelo indexador e pelo usuário, o documento não será recuperado, causando um ruído na recuperação. Vemos então que a indexação está diretamente ligada com a recuperação da informação.

De acordo com o Sistema Mundial de Informação Científica (UNISIST, 1997), a indexação é a operação que descreve e identifica o conteúdo de um documento através de termos. Os conceitos dos documentos podem ser representados por termos selecionados através da linguagem natural ou por símbolos. Essa representação deve visar uma recuperação da informação mais efetiva sem as ambiguidades presentes na linguagem natural. De forma que haja uma padronização entre os termos da indexação e os termos usados na busca pelo usuário.

Podemos ainda dizer que a indexação consiste no “processo de atribuir termos ou códigos de indexação a um registro ou documento, termos ou códigos esses que serão úteis, posteriormente, na recuperação do documento ou registro” (ROWLEY, 2002, p. 162). A atribuição dos termos que irão representar os documentos pode ser feita de forma manual, ou seja, realizada por seres humanos que elegem, com base num julgamento subjetivo, termos capazes de representar as informações; ou pode ser feita também automaticamente por computador que seleciona, por meio de um conjunto de instruções programadas previamente, termos mais frequentes capazes de representar os documentos (ARAUJO JÚNIOR, 2007).

Essa atividade de identificação dos termos para um melhor resultado na recuperação deve estar aliada a uma linguagem documentária que seja norteadora da utilização dos termos para que não haja dispersão terminológica e para que a recuperação seja a mais precisa possível, atendendo às necessidades dos que buscam pela informação.

O uso de linguagens documentárias permite a adoção de uma linguagem única que será usada tanto pelo o indexador no momento da representação do documento quanto pelo o usuário no momento da busca. Cesarino & Pinto (1980) abordaram os seguintes aspectos de uma linguagem documentária: representar o assunto de uma maneira consistente; e permitir a compatibilidade entre a linguagem do indexador e a do pesquisador. Vickery (1993) menciona as seguintes funções das linguagens de indexação:

- a) recuperar documentos com conteúdo semelhante;
- b) recuperar documentos relevantes sobre um assunto específico;
- c) recuperar documentos por grandes áreas de assunto;
- d) possibilitar a conversão dos termos de indexação entre diferentes linguagens; e
- e) auxiliar na escolha do termo adequado para a estratégia de busca.

2.2 VOCABULÁRIO CONTROLADO

As linguagens documentárias, mais especificamente os vocabulários controlados, são uma designação de um instrumento utilizado para organização, indexação e recuperação da informação, podem ser de grande ajuda tanto na indexação dos termos que irão compor a base de dados, efetuando o controle terminológico, como na recuperação mais eficaz da informação.

O Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008) define vocabulário controlado como um conjunto de termos que, nos sistemas de informação, devem ser empregados tanto no momento da indexação quanto no momento da recuperação. A finalidade principal desse controle é fazer coincidir a linguagem do pesquisador com a do indexador. Essa preocupação com o vocabulário se baseia principalmente na diversidade de expressões presente na linguagem natural. Algumas expressões podem, sim, ter o mesmo significado, mas se a busca for feita a partir do termo que não foi usado na indexação, o documento não será recuperado. O vocabulário controlado pretende diminuir a ocorrência desses fatos em que a base de dados possui o documento que o usuário necessita, mas, por uma incompatibilidade de terminologia, o documento não é recuperado.

Segundo Lancaster (2004), um vocabulário controlado é essencialmente uma lista de termos autorizados. Em geral o indexador somente pode atribuir a um documento termos que constem na lista adotada pela instituição. Comumente, no entanto, o vocabulário é mais que uma mera lista. Inclui, em geral, uma forma de estrutura semântica que auxilia na organização dos termos, permitindo uma visão sobre a área representada.

Essa lista de termos permitidos evita que existam várias entradas com termos diferentes para o mesmo assunto, posto que já afirmamos que a indexação é uma atividade complexa. Com o controle do vocabulário, não haverá dispersão na indexação e na recuperação. O usuário também deve ser informado e fazer uso do vocabulário para que saiba os termos usados na indexação e assim possa recuperar os documentos que necessita. Esse controle terminológico muito auxilia, tornando o sistema de recuperação mais eficiente, pois o indexador e o usuário possuem o mesmo vocabulário.

Ainda segundo Lancaster (2004), o vocabulário controlado destina-se especialmente a:

1. Controlar sinônimos, optando por uma única forma padronizada, como remissiva de todas as outras;
2. Diferenciar homógrafos;
3. Reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si. (LANCASTER, 2004, p. 19).

Dois tipos de relação são identificados explicitamente: as hierárquicas e as não-hierárquicas (ou associativas).

Os principais vocabulários controlados são os esquemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalho de assunto e os tesouros. Os termos são apresentados nesses instrumentos tanto em ordem alfabética como sistematicamente. O vocabulário controlado abordado neste artigo possui um arranjo alfabético e tem como finalidade o controle terminológico nas atividades de indexação.

De acordo com Smit (2003), as variáveis intervenientes na construção de um vocabulário controlado são:

- Tamanho do arquivo e projeção de crescimento, no que diz respeito à variedade de atividades e tipos documentais nele presentes — de fato, não se trata de tirar conclusões da metragem ocupada pela massa documental, mas da complexidade e diversidade de funções desenvolvidas pela instituição.
- Área de atuação da instituição. Trata-se de analisar se as atividades-fim da instituição são muito especializadas.
- Objetivos da instituição e determinação de prioridades no atendimento por parte do arquivo. A quem o arquivo deve servir? Deve-se acrescentar que a organização de um arquivo e a respectiva adoção de um vocabulário controlado supõem escolhas em termos do código lingüístico. (SMIT, 2003, p. 20).

Quanto mais complexas e diversificadas forem as instituições, maior será o número de termos do vocabulário controlado necessário para representar adequadamente a variedade do universo documental a ser organizado. No mesmo intuito de bem representar o universo documental, atividades-fim muito especializadas supõem a incorporação de uma linguagem mais especializada. O ideal é que o vocabulário controlado reflita a linguagem da instituição, aproximando-se o máximo possível da linguagem do usuário.

O uso do vocabulário controlado nos sistemas de recuperação da informação é sem dúvida uma estratégia que muito pode ajudar na recuperação da informação, pois além do controle terminológico permite buscas com o nível de especificidade exigido pelo usuário, orientando-o para o assunto que deseja ou para outro mais pertinente.

3 METODOLOGIA

A metodologia foi dividida em duas etapas. A primeira etapa consiste em uma revisão de literatura e análise, baseada em artigos e livros que tratassem da temática indexação e vocabulário controlado, com o objetivo de servir de base para a fundamentação e construção de uma linguagem documentária e evidenciar a sua efetiva utilização no auxílio à indexação e conseqüentemente na recuperação de informações.

Na segunda etapa, foi realizada a construção do vocabulário especializado no domínio jurídico. Nessa etapa, foi realizada a coleta dos termos nas fontes de informação que a Biblioteca do Tribunal de Justiça Pernambuco possui, além de se basear nos atos legislativos contidos no fichário catalográfico da própria instituição, instrumento que a biblioteca já possuía. Outros termos foram incorporados à construção da linguagem controlada, sendo extraídos de dicionários ou tesouros especializados na área jurídica, sendo pesquisados tanto no formato analógico quanto no digital. Após a obtenção de todos os termos selecionados como descritores, o procedimento seguinte foi o de estruturá-los.

4 A CONSTRUÇÃO DO VOCABULÁRIO CONTROLADO DE LEGISLAÇÃO

4.1 A Escolha dos Termos para a Composição do Vocabulário Controlado de Legislação

A escolha dos termos para compor o Vocabulário Controlado de Legislação ocorreu a partir de um levantamento completo do vocabulário empregado na indexação dos atos legislativos contidos no fichário catalográfico de legislação do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Este fichário compreende a legislação pertinente ao Tribunal desde o ano de 1930 a 2010. A linguagem encontrada na indexação desta legislação foi extraída das terminologias usualmente empregadas nos títulos dos atos, ementas e dos próprios textos legais.

Foi realizado o registro de todos os termos encontrados no fichário. Passando para uma segunda etapa, que foi a sumarização dos termos, foi estabelecida a importância da continuidade da utilização dos referidos termos, tendo em vista: o objetivo do serviço de informação e a necessidade dos usuários; objetivo para os quais o texto foi escrito, a razão de ser do documento (sua função), bem como o que ele contém (assunto). Quanto à totalidade dos termos, o vocabulário não supõe que todas as ramificações da atividade sejam previstas a priori, mas que estas possam ser livremente acopladas às atividades e incluídas no vocabulário, quando a documentação assim o exigir. Não existindo necessidade de prever, inicialmente, todas as ações que podem ser justapostas à atividade, permitindo, assim, economia do sistema, sua flexibilidade e principalmente facilidade de atualização.

A terceira etapa compreendeu um estágio de tradução, no qual os termos selecionados na etapa anterior foram transliterados ou transformados nos termos da linguagem de indexação através da comparação do termo inicial encontrado no fichário com o termo autorizado pelos instrumentos auxiliares adotados, o tesouro jurídico do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e o Vocabulário Básico do Senado Federal – VCB. Adotando-se a

forma autorizada no tesouro ou no VCB. A partir daí procedeu-se ao agrupamento alfabético dos termos.

4.2 Padronização

Visando a padronização e uniformidade dos termos incluídos no Vocabulário Especializado em Legislação, foram adotados os seguintes critérios:

a) uso de substantivos para representar os conceitos, não sendo permitido o uso de verbos e adjetivos isoladamente.

Ex.: **AVERBAÇÃO** e não AVERBAR

b) uso de termos na forma singular.

Ex.: **SERVIDOR** e não SERVIDORES

Com exceção quando modifica o sentido do termo e quando o termo técnico é utilizado somente no plural.

Ex.: **JUROS** e não JURO

RECURSOS HUMANOS e não RECURSO HUMANO

c) uso das siglas associado ao termo por extenso.

Ex.: **SGP (Secretaria de Gestão de Pessoas)**

AGU (Advocacia-Geral da União)

d) inclusão de caracteres especiais quando necessário para adicionar um qualificador.

Ex.: **ORGANIZAÇÃO (Instituição)**

DEFICIÊNCIA (não usar no sentido de deficiência física ou mental)

e) uso de nomes na forma composta, devido à necessidade de precisão na recuperação de informações legislativas.

Ex.: **CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL**

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

Os termos simples foram mantidos no vocabulário para utilização em diferentes contextos, através da combinação pós-coordenada com outros descritores. Nessa óptica, enfatiza-se a combinatória entre os termos no momento da busca e, conseqüentemente, não se prevê todas as combinações por antecipação, já que são permitidas quando necessário.

4.3 Forma de Apresentação do Vocabulário Controlado de Legislação

A organização do Vocabulário Controlado de Legislação se deu relacionando os termos em formato de listagem seguindo o ordenamento alfabético e atribuindo relações entre os conceitos. Neste tipo de saída, o indexador utilizará prioritariamente a saída alfabética,

localizando o termo desejado na ordem alfabética. O tipo de relação estabelecida entre os conceitos no vocabulário foi:

Relação de equivalência: atribuída entre termos que representam o mesmo conceito ou mesmo significado, ou seja, entre termos que apresentam relação de sinonímia ou de equivalência. Adotando-se uma das formas autorizadas pelo tesouro jurídico do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e do Vocabulário Básico do Senado Federal e indicando os demais termos equivalentes como não descritores. Essa relação foi expressa no vocabulário pelos símbolos **USE** e **UP** (usado para).

Ex.: **ABONO PECUNIÁRIO** up ABONO DE FÉRIAS

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO use **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

4.4 Variáveis Intervenientes na Construção do Vocabulário Controlado de Legislação e Instrumentos Utilizados

As variáveis mais frequentes que nortearam a construção do vocabulário foram:

- Quantidade de documentos e projeção de crescimento;
- Área de atuação da instituição;
- Objetivos da instituição e determinação de prioridades no atendimento por parte da

biblioteca.

Os instrumentos auxiliares adotados foram:

- o Tesouro Jurídico da Justiça Federal criado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, resultado do trabalho dos diretores dos órgãos de Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais, sob a coordenação da sua Secretaria de Pesquisa e Informação Jurídicas;

- o Vocabulário Básico do Senado Federal – VCB, linguagem documental adotada pela Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI para manter a uniformidade da indexação e da recuperação das informações de sua base de dados bibliográficos. Possui cerca de 9.500 descritores de todos os campos do conhecimento científico, com destaque para as Ciências Sociais e Humanas e, neste campo, ênfase no Direito, refletindo as áreas de atuação das bibliotecas participantes da Rede.

5 RESULTADOS

Os resultados alcançados com a criação do Vocabulário Controlado de Legislação (com cerca de 1.200 descritores) nas bibliotecas do Tribunal de Justiça de Pernambuco hoje são:

- Maior uniformidade e consistência no tratamento da informação legislativa;

- Maximização do uso da informação legislativa, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para os usuários internos e externos, magistrados, servidores, advogados e público em geral;
- Melhoria da recuperação e precisão dos documentos e informações;
- Aumento de confiança no sistema de organização e busca das informações legislativas;
- Maior facilidade no tratamento da informação legislativa e sua adequação ao recém-implantado sistema de base de dados da biblioteca, SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas).

As funções desempenhadas pelo vocabulário controlado de legislação podem ser resumidas como segue:

- opera como índice de termos autorizados do plano de indexação dos atos legislativos;
- provê pontos de acesso aos usuários, permitindo navegar de sinônimos ou outros termos não adotados para a terminologia adotada pela biblioteca;
- serve como ferramenta para ajudar o bibliotecário no momento da indexação bem como a encontrar documentos necessários para as tarefas do dia-a-dia.

Quanto à totalidade e atualização dos termos, o vocabulário não supõe que todas as ramificações da atividade sejam previstas a priori, mas que estas possam ser livremente acopladas às atividades e incluídas no vocabulário quando a documentação assim o exigir. Não existindo necessidade de prever, inicialmente, todas as ações que podem ser justapostas à atividade, permitindo, assim, economia do sistema, sua flexibilidade e principalmente facilidade de atualização e inclusão de novos termos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação jurídica é de fundamental importância para a tomada de decisões com confiabilidade no âmbito do poder judiciário, constituindo-se em subsídio técnico e estratégico às ações julgadas, com a meta de que serviços de informações de qualidade são capazes de aumentar a credibilidade e a eficácia do judiciário junto ao cidadão brasileiro. As bibliotecas jurídicas estão se ajustando aos padrões modernos, aprimorando suas condições de acesso à informação com o uso de tecnologias avançadas.

Contudo, a indexação deve ser cuidadosamente planejada para que a biblioteca possa verdadeiramente cumprir o seu papel na sociedade. Para isso, o uso de instrumentos de controle terminológico tem fundamental importância, conforme Campos (2001, p. 120), pois “por estarem em um ambiente de recuperação da informação, os termos devem ser submetidos a controles

terminológicos rígidos, para possibilitar a precisão na busca e/ou recuperação”. Os vocabulários controlados são altamente recomendados nas bibliotecas especializadas na área do Direito, uma vez que são voltados, geralmente, para áreas de domínio específico, como afirma Campos (2001, p. 91). Lopes (2002, p. 47) afirma ainda que “uma base de dados que utilize um vocabulário controlado possibilita, ao intermediário no planejamento da estratégia de busca, a recuperação, no campo específico de descritor, apenas daquelas palavras-chave listadas no thesaurus ou vocabulário controlado da base de dados”.

A criação e implementação do vocabulário controlado no tratamento da documentação legislativa do Tribunal de Justiça de Pernambuco permitiu identificar e corrigir inconsistências e desatualizações na indexação dos registros antigos, bem como a adequação desta ao sistema de base de dados utilizado pela biblioteca, SIABI. Verificou-se também a tendência a uma indexação genérica, o que não é a política de indexação ideal, que recomenda a especificidade, e registros indexados erroneamente, portanto perdidos em uma pesquisa por assunto.

Torna-se importante reforçar a ideia da utilização de uma metodologia de indexação com diretrizes e normas de uso adequadas, através de uma política de indexação legislativa com o desenvolvimento de um manual sobre linguagem documentária com estrutura lógico-semântica clara para o indexador, na representação da informação, e para o usuário, na recuperação.

Cabe salientar que, para melhorar a qualidade da indexação realizada de forma colaborativa, em que nem todos os indexadores conhecem adequadamente a terminologia aplicada à área jurídica, e especialmente em se tratando de documentos legislativos, deve-se aprimorar constantemente a linguagem documentária utilizada, os manuais e o treinamento dos indexadores.

Para Morigi (2004), não é suficiente resguardar um tesouro; é preciso desenhar o seu mapa e torná-lo disponível a todos. Afinal, uma das missões da biblioteca é mostrar os caminhos para a informação que dispõe em suas prateleiras. O objetivo a ser alcançado pelas bibliotecas, por essa óptica, é sempre o da recuperação da informação: somente esse objetivo justifica os cuidados com o controle de vocabulário.

Os resultados alcançados reforçaram que o controle de vocabulário é o mais indicado para o desenvolvimento e manutenção de uma linguagem terminológica eficiente, bem como para os procedimentos de indexação e para os processos de análise e revisão previstos em um sistema de informação.

CONTROLLED VOCABULARY OF LEGISLATION: EXPERIENCE REPORT OF THE LIBRARY OF COURT OF PERNAMBUCO

Abstract:

It presents the development process and elaboration results of the specialized in legislation controlled vocabulary constructed to the Library of Court of Pernambuco. It explains the controlled vocabulary is a group of terms that, on information systems, serves as instrument to standardize terminology, facilitating the information indexing and recovery. It approaches the methodology adopted at the process, with literature review to theoretical basement, study about the concepts and the setting up of terms that represent the legislation area on the public domain. It registers the observed results, which indicate the necessity of constant update of the instrument to the new terms incorporation. It shows, attached, the constructed controlled vocabulary.

Keywords: Controlled Vocabulary. Documentary Language. Information Organization.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ARAUJO JUNIOR, R. H. de. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação.** Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

ATIENZA, C. A. **Documentação jurídica:** introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

CAMPOS, M. L. de A. **Linguagem documentária:** teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001.

CESARINO, M. A. da N.; PINTO, M. C. M. F. Análise de assunto. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, p. 32-43, jan./jun. 1980.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

GOMES, H. E. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues.** Brasília, DF: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

GONZALEZ, M.; LIMA, V. L. S. Recuperação de informação e processamento da linguagem natural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 23., 2003, Campinas. **Anais da Jornada de Mini-Cursos de Inteligência Artificial**, 3. Campinas: [s.n.], 2003. v. 3, p. 347-395.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos:** teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LOPES, I. L.. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002.

MORIGI, V. J.; PAVAN, C. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [S.l.], v. 33, n. 1, jan. 2004. Disponível em: <<http://dgz.org.br/dez03/Art.05.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2009.

PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

PASSOS, E.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2002.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

SMIT, J. W. (Org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília, DF: IBICT, 1987.

SOUZA, C. F. de. **Vocabulário controlado em direito do trabalho: o caso da base de dados "REV"**. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/Souza-vocabulario-controlado-direitotrabalho.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2010.

TÁLAMO, M. F. G. M. et al. A contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 21, n. 3, 1993.

UNISIST draft on indexing principles: test and comments. **International Classification**, v. 4, n. 1, p. 29-34, may 1997.

VICKERY, B. C. Structure and function in retrieval languages. **Journal of Documentation**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 69-82, may 1993.

WALTER, M. T. M. T. Identidades, valores e mudanças: o poder da identidade profissional... **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 287-299, jul./dez. 2004.

ANEXO:

VOCABULÁRIO CONTROLADO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO JUDICIÁRIA
BIBLIOTECA
Setor de Legislação

CABEÇALHO DE ASSUNTO

A

ABANDONO DE EMPREGO

ABERTURA

ABONO DE FALTAS

ABONO DE FÉRIAS use **ABONO PECUNIÁRIO**

ABONO DE PERMANÊNCIA EM SERVIÇO

ABONO PECUNIÁRIO up ABONO DE FÉRIAS

ABORTO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

AÇÃO DECLARATÓRIA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE up ADIN (Ação Direta de
Inconstitucionalidade)

AÇÃO EXECUTIVA use **EXECUÇÃO JUDICIAL**

AÇÃO EXECUTIVA FISCAL use **EXECUÇÃO FISCAL**

AÇÃO JUDICIAL

AÇÃO PENAL

ACESSO

ACIDENTE DE TRÂNSITO

ACMEPE (Associação dos Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco) up **ASSOCIAÇÃO
DOS CÔNJUGES DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO up **ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL**

ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL use **ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO**

ACÓRDÃO

ACUMULAÇÃO up **CUMULAÇÃO**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS use **ACUMULAÇÃO REMUNERADA**

ACUMULAÇÃO REMUNERADA up ACUMULAÇÃO DE CARGOS

AD REFERENDUM use **REFERENDO**

ADICIONAL DE FÉRIAS up GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS, TERÇO

CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

ADICIONAL DE IMPOSTO DE RENDA

ADICIONAL NOTURNO

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO up GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR

TEMPO DE SERVIÇO, GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) use **AÇÃO DIRETA DE**

INCONSTITUCIONALIDADE

ADMINISTRAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ADMISSÃO

ADOÇÃO

ADOÇÃO INTERNACIONAL

ADOLESCENTE (usado somente para menor entre 12 e 18 anos)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO use **AGU** (Advocacia-Geral da União)

ADVOGADO

ADVOGADO DATIVO up DEFENSOR DATIVO

AERONAVE up AVIÃO

AFASTAMENTO

AGENTE PENITENCIÁRIO

AGENTE PÚBLICO

AGILIZAÇÃO PROCESSUAL use **CELERIDADE PROCESSUAL**

AGIOTAGEM

AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGU (Advocacia- Geral da União) up ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

AIDS up SINDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA

AJUDA DE CUSTO

AJUSTE FISCAL use **REGULARIDADE FISCAL**

ALCUNHA up APELIDO

ALIMENTO

ALUGUEL up LOCAÇÃO

ALVARÁ DE SOLTURA

ALVARÁ JUDICIAL

AMAMENTAÇÃO

AMBULATÓRIO

AMEPE (Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco) up **ASSOCIAÇÃO DOS
MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

ANDAMENTO DO PROCESSO use **ANDAMENTO PROCESSUAL**

ANDAMENTO PROCESSUAL up ANDAMENTO DO PROCESSO

ANISTIA

ANISTIA POLÍTICA

ANTECEDENTES CRIMINAIS

ANTECIPAÇÃO DE TUTELA use **TUTELA ANTECIPADA**

ANTIGUIDADE

APELIDO use **ALCUNHA**

APERFEIÇOAMENTO

APOSENTADORIA

APOSENTADORIA COMPULSÓRIA

APOSENTADORIA ESPECIAL

APOSENTADORIA POR IDADE

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

APREENSÃO

ARBITRAGEM

ARMA

ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA use **FERNANDO DE NORONHA**

ARQUIVAMENTO

ARQUIVO

ARQUIVO FORENSE

ARQUIVO PÚBLICO

ARRECADAÇÃO

ARRENDAMENTO MERCANTIL up **LEASING**

ARRESTO

ASCENSÃO FUNCIONAL

ASSÉDIO SEXUAL

ASSEMBLEIA ESTADUAL CONSTITUINTE

ASSEMBLEIA GERAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ASSESSOR

ASSESSOR DE JUIZ

ASSESSOR JUDICIÁRIO

ASSESSORAMENTO

ASSESSORIA JURÍDICA use **CONSULTORIA JURÍDICA**

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA up Assistência Judiciária Gratuita, Justiça Gratuita, Assistência Jurídica

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA use **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

ASSISTÊNCIA JURÍDICA use **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

ASSISTÊNCIA MÉDICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASSOCIAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE

ASSOCIAÇÃO DOS CÔNJUGES DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

use **ACMEPE** (Associação dos Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco)

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **AMEPE**

(Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco)

ATA

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

ATESTADO DE ÓBITO

ATIVIDADE CARTORÁRIA use **SERVIÇO NOTARIAL**

ATO ADMINISTRATIVO

ATO DE OFÍCIO use **EX OFFICIO**

ATO JUDICIAL

ATO NORMATIVO

ATO ORDINATÓRIO

ATO PROCESSUAL

ATRIBUIÇÃO

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA use **CORREÇÃO MONETÁRIA**

AUDIÊNCIA**AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO****AUDITORIA****AUDITORIA MILITAR****AUTARQUIA****AUTENTICAÇÃO****AUTENTICIDADE**

AUTOMÓVEL use **VEÍCULO AUTOMOTOR**

AUTOS**AUXILIO****AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO****AUXÍLIO-EDUCAÇÃO****AUXÍLIO-FUNERAL****AUXÍLIO-MORADIA****AUXÍLIO-NATALIDADE****AUXILIO-TRANSPORTE****AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO****AVALIADOR JUDICIAL**

AVANÇO TECNOLÓGICO use **TECNOLOGIA**

AVIÃO use **AERONAVE**

B**BACENJUD****BANCO****BANCO DE DADOS****BANDEIRA****BEBIDA****BEBIDA ALCOÓLICA**

BEM ALIENADO up COISA ALIENADA, COISA VENDIDA, BEM VENDIDO

BEM DE CONSUMO**BEM IMÓVEL**

BEM MÓVEL up **MÓVEL**

BEM VENDIDO use **BEM ALIENADO**

BENEFÍCIO FISCAL use **INCENTIVO FISCAL**

BENFEITORIA

BIBLIOTECA

BINGO

BOLSA DE ESTUDO

BRASÃO (SÍMBOLO NACIONAL)

C

CACEPE (Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco) up **CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

CADASTRAMENTO

CADASTRO

CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **CACEPE**
(Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco)

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS use **CPF** (Cadastro de Pessoas Físicas)

CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS use **CNPJ** (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)

CADÁVER

CADERNETA DE POUPANÇA

CALAMIDADE PÚBLICA

CALENDÁRIO JUDICIÁRIO

CÂMARA DE FÉRIAS

CÂMARA MUNICIPAL

CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

CARGO

CARGO EFETIVO up **CARGO PÚBLICO EFETIVO**

CARGO EM COMISSÃO

CARGO PÚBLICO

CARGO PÚBLICO EFETIVO use **CARGO EFETIVO**

CARRO OFICIAL use **VEÍCULO OFICIAL**

CARTA PRECATÓRIA

CARTA ROGATÓRIA**CARTEIRA DE IDENTIDADE** up CÉDULA DE IDENTIDADECARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL use **CARTEIRA FUNCIONAL**CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL use **CTPS** (Carteira de Trabalho e Previdência Social)**CARTEIRA FUNCIONAL** up CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL, IDENTIDADE FUNCIONAL

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

CARTÓRIO up SERVENTIA**CARTÓRIO DE PROTESTOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS****CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL****CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS****CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL** up SERVENTIA EXTRAJUDICIAL**CARTÓRIO JUDICIAL NÃO OFICIALIZADO****CARTÓRIO JUDICIAL OFICIALIZADO****CASAMENTO****CAUÇÃO**CDC (Código de Defesa do Consumidor) use **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**CÉDULA DE IDENTIDADE use **CARTEIRA DE IDENTIDADE****CEGO****CEJA** (Comissão Estadual Judiciária de Adoção) up COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO**CELERIDADE PROCESSUAL** up AGILIZAÇÃO PROCESSUAL

CEMAPE (Central de Mediação e Arbitragem de Pernambuco) up CENTRAL DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE PERNAMBUCO

CENTRAL DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DE PERNAMBUCO use **CEMAPE****CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL****CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS****CENTRO DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA**CENTRO INTEGRADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE use **CICA** (Centro Integrado da Criança e do Adolescente)**CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA****CERTIDÃO****CESSÃO**

CHEQUE

CICA (Centro Integrado da Criança e do Adolescente) up **CENTRO INTEGRADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

CIDADANIA

CIGARRO up **FUMO**

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

CIRURGIA

CITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO

CLÁUSULA ABUSIVA

CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) up **CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

CNJ (Conselho Nacional de Justiça) up **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) up **CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS**

CÓDIGO

CÓDIGO COMERCIAL

CÓDIGO DE BARRAS

CÓDIGO DE ÉTICA

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR up **CDC** (Código de Defesa do Consumidor)

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

COFRES PÚBLICOS use **ERÁRIO**

COGESI (Comitê Gestor dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário Estadual) up **COMITÊ**

GESTOR DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

COISA ALIENADA use **BEM ALIENADO**

COISA VENDIDA use **BEM ALIENADO**

COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL'

COLÉGIO RECURSAL

COLÉGIO RECURSAL CÍVEL

COLÉGIO RECURSAL CRIMINAL

COMARCA

COMBUSTÍVEL

COMÉRCIO

COMISSÃO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO use **CEJA** (Comissão Estadual Judiciária de Adoção)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO use **CPI** (Comissão Parlamentar de Inquérito)

COMITÊ GESTOR DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL use **COGESI** (Comitê Gestor dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário Estadual)

COMODATO

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL E DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS use **CPRH** (Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos)

COMPENSAÇÃO

COMPETÊNCIA

COMPETIÇÃO ESPORTIVA

COMPOSIÇÃO

COMPUTADOR

COMUNIDADE

CONCESSÃO

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

CONCILIAÇÃO

CONCURSO (usar para concursos intelectuais em áreas diversas)

CONCURSO LITERÁRIO use **CONCURSO**

CONCURSO PÚBLICO

CONFLITO AGRÁRIO

CONGRESSO

CONSELHEIRO

CONSELHO DA MAGISTRATURA up **CONSELHO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA**

CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL up **CONSELHO PROFISSIONAL**

CONSELHO DISCIPLINAR DA MAGISTRATURA use **CONSELHO DA MAGISTRATURA**

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA use **CNJ** (Conselho Nacional de Justiça)

CONSELHO PROFISSIONAL use **CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL**

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CONSELHO TUTELAR

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO use **CLT** (Consolidação das Leis do Trabalho)

CONSÓRCIO

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CONSULTORIA JURIDICA up **ASSESSORIA JURIDICA**

CONSUMIDOR

CONTABILIDADE

CONTAGEM RECÍPROCA

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO use **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

CONTRATAÇÃO

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO DE TRABALHO

CONTRAVENÇÃO PENAL

CONTRIBUIÇÃO

CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA use **CPMF**

(Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

CONTROLE DE QUALIDADE

CONVÊNIO

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

COORDENADORIA DOS JUIZADOS

CORPO DE BOMBEIROS

CORREÇÃO MONETÁRIA up **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

CORREGEDOR

CORREGEDORIA

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

CORREIÇÃO

CORREIO ELETRÔNICO up **E-MAIL**

CORREIOS

CORTE ESPECIAL

CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) up **CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS**

CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) up **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) up **CONTRIBUIÇÃO**

PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

CPRH (Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos) up **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL E DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS**

CRECHE

CRÉDITO SUPLEMENTAR

CRÉDITO TRABALHISTA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

CRIAÇÃO

CRIANÇA (usado somente para menor até 12 anos incompletos)

CRIANÇA CIDADÃ

CRIME

CRIME COMUM

CRIME CONTRA A PESSOA

CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO use **INFRAÇÃO PENAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO**

CRIME DE RESPONSABILIDADE

CRIME DOLOSO

CRIME HEDIONDO

CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) up **CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL**

CULTO RELIGIOSO

CUMULAÇÃO use **ACUMULAÇÃO**

CURSO

CUSTAS

D

DÉBITO TRIBUTÁRIO

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO up **GRATIFICAÇÃO DE NATAL, GRATIFICAÇÃO NATALNA, 13º SALÁRIO**

13º SALÁRIO use **DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

DECISÃO

DECISÃO JUDICIAL

DECLARAÇÃO DE BENS

DECORO PARLAMENTAR

DEFENSOR DATIVO use **ADVOGADO DATIVO**

DEFENSOR PÚBLICO

DEFENSORIA PÚBLICA

DEFICIÊNCIA (não usar no sentido de deficiência física ou mental)

DEFICIENTE up **PORTADOR DE DEFICIÊNCIA**

DEFICIENTE FÍSICO

DEFICIENTE MENTAL use **DOENTE MENTAL**

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA up **DELEGAÇÃO DE PODER**

DELEGAÇÃO DE PODER use **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

DELEGACIA DE POLÍCIA

DELEGADO DE POLÍCIA

DELITO up **INFRAÇÃO PENAL, FATO DELITUOSO**

DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO use **INFRAÇÃO PENAL DE MENOR
POTENCIAL OFENSIVO**

DEMISSÃO

DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

DENÚNCIA

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO use **DETRAN**

DEPOIMENTO

DEPÓSITO BANCÁRIO

DEPÓSITO EXTRAJUDICIAL

DEPÓSITO JUDICIAL

DEPÓSITO LEGAL

DEPUTADO

DESAPARECIMENTO

DESAPROPRIAÇÃO

DESEMBARGADOR

DESERÇÃO

DESESTATIZAÇÃO

DESOCUPAÇÃO

DESPACHO

DESPESA

DESPESA PÚBLICADESQUITE use **SEPARAÇÃO JUDICIAL****DESVIO DE FUNÇÃO**DETENTO use **PRESO****DETRAN** (Departamento de Trânsito) up **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO****DIÁRIA****DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO****DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO****DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO****DIPLOMA****DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO JUDICIÁRIO****DIREITO****DIREITO ADQUIRIDO****DIREITO AUTORAL****DIREITO DE GREVE****DIREITO DIFUSO****DIREITO POLÍTICO****DIREITO SOCIAL****DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS****DIREITOS HUMANOS****DIRETORIA**DISCRIMINAÇÃO RACIAL use **PRECONCEITO DE RAÇA****DISTINTIVO****DISTRIBUIÇÃO****DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO** up **DISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO**DISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO use **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSO**DISTRITO DE FERNANDO DE NORONHA use **FERNANDO DE NORONHA****DÍVIDA**DIVISÃO ADMINISTRATIVA use **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**DIVISÃO JUDICIÁRIA use **ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA****DIVÓRCIO**DNA use **EXAME DE DNA****DOAÇÃO DE SANGUE****DOADOR**

DOCUMENTO

DOCUMENTO ELETRÔNICO

DOENÇA up **ENFERMIDADE**

DOENÇA MENTAL

DOENTE MENTAL up **DEFICIENTE MENTAL**

DROGA use **ENTORPECENTE**

DUODÉCIMO

DUPLICATA

E

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) use **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

EDITAL

EFEITO VINCULANTE

ELEIÇÃO

E-MAIL use **CORREIO ELETRÔNICO**

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMOLUMENTOS

EMPREGO

EMPREGO PÚBLICO

EMPRÉSTIMO

ENCONTRO NACIONAL DE CORREGEDORES

ENDEREÇO

ENERGIA ELÉTRICA

ENFERMIDADE use **DOENÇA**

ENGENHARIA

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO use **ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA**

ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA up **ENRIQUECIMENTO ILÍCITO**

ENSINO

ENSINO SUPERIOR

ENTIDADE BENEFICENTE up **ENTIDADE FILANTRÓPICA**

ENTIDADE FILANTRÓPICA use **ENTIDADE BENEFICENTE**

ENTIDADE SINDICAL use **SINDICATO**

ENTORPECENTE up **TÓXICO**

ENTRÂNCIA

ENTREVISTA

ENUNCIADO

EOAB use **ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

EQUIPAMENTO

ERÁRIO up **COFRES PÚBLICOS, TESOURO PÚBLICO, ERÁRIO PÚBLICO**

ERÁRIO PÚBLICO use **ERÁRIO**

ESCALA DE FÉRIAS

ESCRITURA PÚBLICA

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO use **ESMAPE**

ESMAPE up **ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO**

ESPAÇO

ESTABILIDADE FINANCEIRA

ESTACIONAMENTO

ESTADO DE PERNAMBUCO use **PERNAMBUCO**

ESTÁGIO

ESTÁGIO PROBATÓRIO

ESTATUTO

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE up **ECA**

ESTATUTO DA MAGISTRATURA use **LOMAN**

ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL up **EOAB**

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO

ESTATAUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE PERNAMBUCO

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO up **REGIME
JURÍDICO ÚNICO**

ESTRANGEIRO

ESTUDANTE

EXAME DE DNA up **DNA**

EXAME PERICIAL use **PERÍCIA**

EXECUÇÃO DA PENA up **EXECUÇÃO PENAL**

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

EXECUÇÃO FISCAL up AÇÃO EXECUTIVA FISCAL, EXECUTIVO FISCAL

EXECUÇÃO JUDICIAL up AÇÃO EXECUTIVA

EXECUÇÃO PENAL use **EXECUÇÃO DA PENA**

EXECUÇÃO PROVISÓRIA

EXECUTIVO FISCAL use **EXECUÇÃO FISCAL**

EX OFFICIO up ATO DE OFÍCIO

EXONERAÇÃO

EXPEDIENTE FORENSE

EXPLORAÇÃO SEXUAL

EXTINÇÃO

EXTORSÃO

F

FAC-SIMILE up FAX

FACTORING

FALECIMENTO use **MORTE**

FALÊNCIA

FATO DELITUOSO use **DELITO**

FAX use **FAC-SMILE**

FAZENDA PÚBLICA up FISCO

FERIADO FORENSE

FÉRIAS

FÉRIAS FORENSES

FERNANDO DE NORONHA up ARQUIPÉLAGO DE FERNANDO DE NORONHA,
DISTRITO DE FERNANDO DE NORONHA

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) up FUNDO DE GARANTIA POR
TEMPO DE SERVIÇO

FIANÇA

FISCALIZAÇÃO

FISCO use **FAZENDA PÚBLICA**

FOLHA CORRIDA use **FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS up FOLHA CORRIDA

FOLHA DE PAGAMENTO

FORO

FORO ESPECIAL use **FORO PRIVILEGIADO**

FORO PRIVILEGIADO up FORO ESPECIAL

FÓRUM (usado quando se tratar de instalação física)

FOTOCÓPIA up XEROX, XEROCÓPIA, REPROGRAFIA

FREQUÊNCIA

FUMO use **CIGARRO**

FUNAFIN (Fundo Financeiro de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco) up FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNAPE (Fundação de Aposentadoria e Pensões do Estado de Pernambuco) up FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNAPREV (Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco) up FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNÇÃO PÚBLICA**FUNCIONAMENTO**

FUNCIONÁRIO PÚBLICO use **SERVIDOR PÚBLICO**

FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **FUNAPE**

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **FUNAPREV**

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO use **FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)

FUNDO DE GRATUIDADE DO REGISTRO CIVIL

FUNDO FINANCEIRO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **FUNAFIN**

G**GABINETE****GESTOR****GOVERNADOR**

GOVERNO ESTADUAL

GOVERNO FEDERAL

GOVERNO MUNICIPAL

GRATIFICAÇÃO

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO use **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS use **ADICIONAL DE FÉRIAS**

GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO FUNCIONAL

GRATIFICAÇÃO DE NATAL use **DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE use **GRG** (Gratificação de Representação de Gabinete)

GRATIFICAÇÃO NATALINA use **DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO**

GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO use **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

GRATUIDADE

GREVE

GRG (Gratificação de Representação de Gabinete) up **GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE**

GRUPO DE TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO (PRESO)

H

HABEAS CORPUS

HABEAS DATA

HABITAÇÃO

HERANÇA

HERANÇA JACENTE

HINO NACIONAL

HIPOTECA

HOMICÍDIO

HOMOLOGAÇÃO

HOMOSSEXUALIDADE

HONORÁRIOS

HONORÁRIOS ADVOCATICIOS

HORA EXTRA

HORÁRIO

HOSPITAL

I

ICD (Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) up
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ‘CAUSA MORTIS’ E DOAÇÃO DE QUAISQUER
BENS OU DIREITOS

ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de
Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação) up IMPOSTO SOBRE
OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E
INTERMUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE
MERCADORIAS, IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

IDENTIDADE FUNCIONAL use **CARTEIRA FUNCIONAL**

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

IDOSO

IMAGEM

IMPOSTO DE RENDA up IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE
QUALQUER NATUREZA, IR

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES use **IPVA**
(Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores)

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA use **IPTU**
(Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana)

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA use
IMPOSTO DE RENDA

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES
RELATIVOS use **ITBI** (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a
eles Relativos)

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS use **ICMS** (Imposto sobre
Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de
Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação)

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS use ICMS

(Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação)

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO use ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação)

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ‘CAUSA MORTIS’ E DOAÇÃO DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS use ICD (Imposto sobre Transmissão ‘Causa Mortis’ e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos)

IMPrensa

IMPRESSO

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

IMPUNIDADE

INADIMPLÊNCIA use INADIMPLEMENTO

INADIMPLEMENTO up INADIMPLÊNCIA

INATIVIDADE

INCÊNDIO

INCENTIVO FISCAL up BENEFÍCIO FISCAL

INCINERAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) up **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**

ÍNDIO

INDISPONIBILIDADE

INDULTO

INDÚSTRIA

INELEGIBILIDADE

INFORMÁTICA

INFRAÇÃO PENAL use DELITO

INFRAÇÃO PENAL DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO up CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, DELITO DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO

INGRESSO

INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**INSPEÇÃO****INSPEÇÃO JUDICIAL**

INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) up **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL**

INSTALAÇÃO**INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO
use **IPSEP** (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco)

INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO use **IRH-PE**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA use **INCRA**
(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL use **INSS**

INTERDIÇÃO**INTERNET****INTERROGATÓRIO****INTERVENÇÃO****INTIMAÇÃO****INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE**

IPSEP (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco) up Instituto de
Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco

IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) up **IMPOSTO SOBRE A
PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) up **IMPOSTO SOBRE
PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMORES**

IR use **IMPOSTO DE RENDA**

IRH-PE (Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco) up **INSTITUTO DE RECURSOS
HUMANOS DE PERNAMBUCO**

IRREGULARIDADE**ISONOMIA SALARIAL**

ITBI (Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos) up **IMPOSTO
SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS**

J

JORNADA DE TRABALHO

JUCEPE (Junta Comercial do Estado de Pernambuco) up **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

JUDWIN

JUIZ AUDITOR

JUIZ CLASSISTA

JUIZ DE DIREITO

JUIZ DE PAZ

JUIZ SUBSTITUTO

JUIZ TITULAR

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS

JUIZADO DE TRÂNSITO

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

JUIZADO ESPECIAL (Quando se referir tanto ao Juizado Especial Cível quanto ao Juizado Especial Criminal)

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE

JUIZADO ESPECIAL DO IDOSO

JUIZADO ESPECIAL DO TORCEDOR

JUIZADO ESPECIAL VIRTUAL

JUIZADO EXPERIMENTAL

JUIZADO INFORMAL DA FAMÍLIA

JUIZADO ITINERANTE

JUIZADOS ESPECIAIS ADJUNTOS

JUIZO DE ADMISSIBILIDADE

JULGAMENTO

JUNTA COMERCIAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO use **JUCEPE** (Junta Comercial do Estado de Pernambuco)

JUNTA MÉDICA

JÚRI use **TRIBUNAL DO JÚRI**

JURISDIÇÃO

JURISPRUDÊNCIA

JUROS

JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE use **VARA DA INFÂNCIA E DA
JUVENTUDE**

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA GRATUITA use **ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

JUSTIÇA MILITAR

L

LEASING use **ARRENDAMENTO MERCANTIL**

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

LEI ANTITRUSTE

LEI COMPLEMENTAR

LEI DE EXECUÇÃO PENAL

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL use **LOMAN**

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DO RECIFE

LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS

LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILÃO

LEILOEIRO OFICIAL

LICENÇA À GESTANTE up LICENÇA-GESTANTE, LICENÇA-MATERNIDADE

LICENÇA-GESTANTE use **LICENÇA À GESTANTE**

LICENÇA-MATERNIDADE use **LICENÇA À GESTANTE**

LICENÇA-PATERNIDADE use **LICENÇA PATERNIDADE**

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

LICENÇA PATERNIDADE up LICENÇA-PATERNIDADE

LICENÇA-PRÊMIO

LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO up LICENÇA SEM VENCIMENTO

LICENÇA SEM VENCIMENTO use **LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO**

LICITAÇÃO

LIMINAR up MEDIDA LIMINAR

LIMITE DE IDADE

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

LISTA DE ANTIGUIDADE

LOCAÇÃO use **ALUGUEL**

LOGOTIPO

LOMAN up LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

LOTAÇÃO

LOTERIA

LUTO

M

MAGISTÉRIO

MAGISTRATURA

MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO JUDICIAL

MANDATO

MANDATO ELETIVO up MANDATO PARLAMENTAR

MANDATO PARLAMENTAR use **MANDATO ELETIVO**

MATÉRIA PENAL

MATERIAL GRÁFICO

MEDALHA DO MÉRITO JUDICIÁRIO

MEDICAMENTO

MEDICINA

MÉDICO

MÉDICO LEGISTA

MEDIDA ACAUTELADORA use **MEDIDA CAUTELAR**

MEDIDA ACAUTELATÓRIA use **MEDIDA CAUTELAR**

MEDIDA CAUTELAR up MEDIDA ACAUTELATÓRIA, MEDIDA ACAUTELADORA

MEDIDA LIMINAR use **LIMINAR**

MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA

MEIA ENTRADA

MEIO AMBIENTE

MEIO DE COMUNICAÇÃO

MENOR CARENTE

MERCADORIA APREENDIDA

MICROEMPRESA

MILITAR up SERVIDOR PÚBLICO MILITAR

MINISTÉRIO PÚBLICO up MP

MONOGRAFIA

MONUMENTO

MORATÓRIA

MORTE up FALECIMENTO

MÓVEL use **BEM MÓVEL**

MP use **MINISTÉRIO PÚBLICO**

MULHER

MUNICÍPIO

N

NEPOTISMO

NOMEAÇÃO

NOTA DE EMPENHO

NOTA FISCAL

NOTÁRIO use **TABELIÃO**

NULIDADE

O

OAB up ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ÓBITO use **MORTE**

OBRA PÚBLICA

OFENDIDO use **VÍTIMA**

OFICIAL DE JUSTIÇA

OGM use **ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO**

OPÇÃO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

ORÇAMENTO

ORDEM DE PRISÃO

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL use **OAB**

ORDENADO use **SALÁRIO**

ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO up **TRANSGÊNICO, OGM**

ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA up **DIVISÃO JUDICIÁRIA**

ORGANIZAÇÃO MILITAR use **UNIDADE MILITAR**

ORGANIZAÇÃO SOCIAL up **OS (Organização Social)**

ÓRGÃO COLEGIADO

OS (Organização Social) use **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

OUVIDORIA

P

PAGAMENTO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

PARECER

PARQUE ESTADUAL

PARQUE NACIONAL

PASSAGEM

PASSAPORTE

PATERNIDADE

PATRIMÔNIO CULTURAL

PAUTA DE JULGAMENTO

PCS (Plano de Cargos e Salários) use **PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

PENA ALTERNATIVA

PENA CAPITAL use **PENA DE MORTE**

PENA DE MORTE up **PENA CAPITAL**

PENA RESTRITIVA DE DIREITO

PENALIDADE

PENHORA

PENITENCIÁRIA

PENSÃO

PENSÃO ALIMENTÍCIA

PENSÃO ESPECIAL

PERÍCIA up EXAME PERICIAL

PERÍCIA MÉDICA

PERITO CRIMINAL

PERNAMBUCO up ESTADO DE PERNAMBUCO

PETIÇÃO

PESSOA JURÍDICA

PISO SALARIAL

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS up PCS (Plano de Cargos e Salários)

PLANO DE SAÚDE

PLANO PLURIANUAL

PLANTÃO JUDICIÁRIO

PODER EXECUTIVO

PODER JUDICIÁRIO

PODER LEGISLATIVO

POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA FEDERAL

POLÍCIA MILITAR

POLUIÇÃO AMBIENTAL

POLUIÇÃO SONORA

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA use **DEFICIENTE**

PORTE DE ARMA

PORTO

PORTO DIGITAL

PRAZO

PRAZO JUDICIAL

PRECATÓRIO

PRECONCEITO DE RAÇA up RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL

PRÉDIO PÚBLICO

PREFEITO

PREGÃO

PRÊMIO

PRESCRIÇÃO

PRESIDENTE

PRESIDIÁRIO use **PRESO**

PRESO up **DETENTO**, **PRESIDIÁRIO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

PREVENÇÃO

PREVIDÊNCIA PRIVADA

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PRIMEIRA INSTÂNCIA up **PRIMEIRO GRAU**

PRIMEIRO GRAU use **PRIMEIRA INSTÂNCIA**

PRISÃO ESPECIAL

PRIVATIZAÇÃO

PROBIDADE ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO up **CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PROCESSO CAUTELAR

PROCESSO CIVIL

PROCESSO CRIMINAL use **PROCESSO PENAL**

PROCESSO DE EXECUÇÃO

PROCESSO DE VITALICIAMENTO up **VITALICIAMENTO**

PROCESSO JUDICIAL

PROCESSO PENAL up **PROCESSO CRIMINAL**

PROCON (Proteção ao Consumidor) up **PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR**

PROCURAÇÃO

PROCURADOR

PROCURADOR DO ESTADO

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco) up **PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

PRODUTIVIDADE

PROGEFORO up **PROTOCOLO GERAL DO FORO**

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO use

PRODEPE (Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco)

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

PROGRESSÃO FUNCIONAL

PROIBIÇÃO up **VEDAÇÃO**

PROMOÇÃO

PROMOTOR DE JUSTIÇA up **PROMOTOR PÚBLICO**

PROMOTOR PÚBLICO use **PROMOTOR DE JUSTIÇA**

PROPRIEDADE RURAL

PRORROGAÇÃO

PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR use **PROCON**

PROTESTO CAMBIAL use **PROTESTO DE TÍTULO**

PROTESTO DE TÍTULO up **PROTESTO CAMBIAL, PROTESTO DE TÍTULOS**

PROTESTO DE TÍTULOS use **PROTESTO DE TÍTULO**

PROTOCOLO GERAL DO FORO use **PROGEFORO**

PROTOCOLO INTEGRADO use **SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO**

PROVA PERICIAL

PROVENTOS

PROVIMENTO

PROVIMENTO DE CARGO PÚBLICO

PUBLICAÇÃO

Q

QUINQUÊNIO

QUINTO CONSTITUCIONAL

R

RACISMO use **PRECONCEITO DE RAÇA**

READAPTAÇÃO

READMISSÃO

RECADASTRAMENTO

RECEITA

RECENSEAMENTO

RECESSO FORENSE

RECLASSIFICAÇÃO DO CARGO up RECLASSIFICAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO,
RECLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

RECLASSIFICAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO use **RECLASSIFICAÇÃO DO CARGO**

RECLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL use **RECLASSIFICAÇÃO DO CARGO**

RECONHECIMENTO DE FIRMA

RECURSO ESPECIAL

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

RECURSOS FINANCEIROS

RECURSOS HUMANOS

RECURSO ORDINÁRIO

REFERENDO up AD REFERENDUM

REFORMA

REFORMA ADMINISTRATIVA

REGIÃO METROPOLITANA

REGIME JURÍDICO

REGIME JURÍDICO ÚNICO (Denominação dada à Lei nº 8.112/90 até a edição da EC 19/98)
use **ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO**

REGIMENTO INTERNO

REGISTRO CIVIL

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

REGISTRO COMERCIAL use **REGISTRO DE COMÉRCIO**

REGISTRO DE CASAMENTO

REGISTRO DE COMÉRCIO up REGISTRO COMERCIAL, REGISTRO DO COMÉRCIO

REGISTRO DO COMÉRCIO use **REGISTRO DE COMÉRCIO**

REGISTRO DE NASCIMENTO

REGISTRO DE PREÇO

REGISTRO PÚBLICO

REGULAMENTAÇÃO

REGULAMENTO**REGULARIDADE FISCAL** up **AJUSTE FISCAL****REINTEGRAÇÃO DE POSSE****RELAÇÃO JURIDICA****RELATÓRIO****REMOÇÃO****REMOÇÃO DE ÓRGÃO****REMUNERAÇÃO****RENAJUD****REPROGRAFIA** use **FOTOCÓPIA****RPV** (Requisição de Pequeno Valor) use **REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR****REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR** up **RPV****RESIDÊNCIA OFICIAL****RESÍDUO****RESTAURAÇÃO****RESSARCIMENTO DE DESPESA****RESULTADO****RÉU PRESO****RISCO DE VIDA****S****SALÁRIO** up **ORDENADO****SALÁRIO-FAMÍLIA****SALÁRIO-MATERNIDADE****SALÁRIO MÍNIMO****SANEAMENTO BÁSICO****SASSEPE** (Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco) upSISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO
DE PERNAMBUCO**SAÚDE****SAÚDE PÚBLICA****SECRETARIA DE ESTADO****SECRETÁRIO DE ESTADO**

SFH (Sistema Financeiro da Habitação) up **SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO**,
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

SEGUNDA INSTÂNCIA up **SEGUNDO GRAU**

SEGUNDO GRAU use **SEGUNDA INSTÂNCIA**

SEGURANÇA PÚBLICA

SEGURO

SEGURO DE VIDA

SEGURO OBRIGATÓRIO

SEGURO PRIVADO

SEMINÁRIO

SENTENÇA

SENTENÇA JUDICIAL

SEPARAÇÃO JUDICIAL up **DESQUITE**

SEQUESTRO

SERVENTIA use **CARTÓRIO**

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL use **CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL**

SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA

SERVIÇO AUXILIAR

SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO up **TELECOMUNICAÇÕES**

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

SERVIÇO MÉDICO

SERVIÇO MÓVEL CELULAR use **TELEFONIA CELULAR**

SERVIÇO NOTARIAL up **ATIVIDADE CARTORÁRIA**

SERVIÇO PÚBLICO

SERVIÇO VOLUNTÁRIO up **TRABALHO VOLUNTÁRIO**

SERVIDOR PÚBLICO up **FUNCIONÁRIO PÚBLICO**

SERVIDOR PÚBLICO À DISPOSIÇÃO

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR use **MILITAR**

SESSÃO

SIGILO

SINDICÂNCIA

SINDICATO up **ENTIDADE SINDICAL**

SINDROME DE IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA use **AIDS**

SISTEMA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

use **SASSEPE** (Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco)

SISTEMA DE PROTOCOLO INTEGRADO up PROTOCOLO INTEGRADO

SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO use **SFH** (Sistema Financeiro da Habitação)

SISTEMA FINANCEIRO HABITACIONAL use **SFH** (Sistema Financeiro da Habitação)

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE use **SUS** (Sistema Único de Saúde)

SOCIEDADE CIVIL

SOCIEDADE DE FATO

SONEGAÇÃO FISCAL

STF (Supremo Tribunal Federal) up SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STJ (Superior Tribunal de Justiça) up SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STM (Superior Tribunal Militar) up SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SUAPE

SUBSTABELECIMENTO

SUBSTITUIÇÃO

SÚMULA

SÚMULA VINCULANTE

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA use **STJ** (Superior Tribunal de Justiça)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR use **STM** (Superior Tribunal Militar)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL use **STF** (Supremo Tribunal Federal)

SUPRIMENTO

SUS (Sistema Único de Saúde) up SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SUSPEIÇÃO

SUSPENSÃO

T

TABELA

TABELA DE FATORES DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

TABELA PROCESSUAL UNIFICADA

TABELIÃO up NOTÁRIO

TABELIÃO DE NOTAS

TAQUIGRAFIA

TAXA

TAXA DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS (TSNR)

TAXA JUDICIÁRIA

TÁXI

TECNOLOGIA up AVANÇO TECNOLÓGICO

TELECOMUNICAÇÕES use **SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO**

TELEFONIA CELULAR up SERVIÇO MÓVEL CELULAR

TELEFONIA FIXA

TEMPO DE SERVIÇO

TERCEIRIZAÇÃO

TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS use **ADICIONAL DE FÉRIAS**

TERRENO DE MARINHA

TESOURO PÚBLICO use **ERÁRIO**

TESTEMUNHA

TÍTULO DE CRÉDITO RURAL

TORTURA

TÓXICO use **ENTORPECENTE**

TRABALHO

TRABALHO TEMPORÁRIO

TRABALHO VOLUNTÁRIO use **SERVIÇO VOLUNTÁRIO**

TRÁFEGO use **TRÂNSITO**

TRÁFICO DE MULHERES

TRAMITAÇÃO

TRANSFERÊNCIA

TRANSFORMAÇÃO

TRANSGÊNICO use **ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO**

TRÂNSITO up TRÁFEGO

TRANSPLANTE

TRANSPORTE

TRANSPORTE COLETIVO

TRE (Tribunal Regional Eleitoral) up TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

TRF (Tribunal Regional Federal) up TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DO JÚRI up JÚRI

TRIBUNAL PLENO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO use **TRT** (Tribunal Regional do Trabalho)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL use **TRE** (Tribunal Regional Eleitoral)

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL use **TRF** (Tribunal Regional Federal)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO use **TST** (Tribunal Superior do Trabalho)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL use **TSE** (Tribunal Superior Eleitoral)

TRIBUTO

TRT (Tribunal Regional do Trabalho) up TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

TSE (Tribunal Superior Eleitoral) up TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

TST (Tribunal Superior do Trabalho) up TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

TUTELA ANTECIPADA up ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

U**UNIÃO ESTÁVEL**

UNIDADE MILITAR up ORGANIZAÇÃO MILITAR

UNIDADE REAL DE VALOR use **URV**

URBANIZAÇÃO

URV (Unidade Real de Valor) up UNIDADE REAL DE VALOR

UTILIDADE PÚBLICA**V****VALE-ALIMENTAÇÃO****VALE-REFEIÇÃO****VALE-TRANSPORTE****VANTAGEM****VARA CÍVEL****VARA CRIMINAL****VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE up JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

VARA DE FAMÍLIA**VARA ESTADUAL**

VEDAÇÃO use **PROIBIÇÃO**

VEÍCULO AUTOMOTOR up **AUTOMÓVEL**

VEÍCULO OFICIAL up **CARRO OFICIAL**

VENCIMENTOS

VEREADOR

VESTUÁRIO

VETO PARCIAL

VETO TOTAL

VIAGEM

VIGILÂNCIA

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

VISTA DOS AUTOS

VITALICIAMENTO use **PROCESSO DE VITALICIAMENTO**

VITALICIEDADE

VÍTIMA up **OFENDIDO**

X

XEROX use **FOTOCÓPIA**

XEROCÓPIA use **FOTOCÓPIA**